



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria Municipal de Meio Ambiente  
Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente

PROCESSO:3.727/2018

**LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA**

Nº 098/2018

O Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente – CODEMA, no uso de suas atribuições, com base legal na Lei Municipal nº 3.596/2002, Lei Municipal nº 3.717/2004, Decreto Municipal nº 3.372/2017 e Deliberação Normativa nº 213/2017, por meio do Secretário Municipal de Meio Ambiente, LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA do empreendimento FAZENDA SÃO JOSÉ DOS TALHADOS – MATRÍCULA 43.639, empreendedor CARLOS JOSÉ SILVA, CPF: 476.045.496-91, para atividades: SUINOCULTURA, CRIAÇÃO DE BOVINOS, BUBALINOS, EQUINOS, MUARES, OVINOS E CAPRINOS, EM REGIME EXTENSIVO, CULTURAS ANUAIS, SEMIPERENES E PERENES, SILVICULTURA E CULTIVOS AGROSSILVIPASTORIS, EXCETO HORTICULTURA, HORTICULTURA (FLORICULTURA, OLERICULTURA, FRUTICULTURA ANUAL, VIVERICULTURA E CULTURA DE ERVAS MEDICINAIS E AROMÁTICAS), sob o código G-02-04-6, G-02-07-0, G-01-03-1, G-01-01-5, localizado no município de PATROCÍNIO, no estado de Minas Gerais, em conformidade com normas ambientais vigentes, acompanhado de Termo de Responsabilidade assinado pelo titular do empreendimento e de Anotação de Responsabilidade Técnica ou equivalente do profissional responsável, partes integrantes desta autorização.

Validade 5 (anos), com vencimento em 17/10/2023.

PATROCÍNIO, 17 de Outubro de 2018.

\_\_\_\_\_  
ANTÔNIO GERALDO DE OLIVEIRA  
Presidente CODEMA

**Está autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.**

## Condicionantes

Item	Descrição	Prazo
01	Cercar todas as Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, deixando-se um acesso limitado aos animais por corredores, apenas para sua dessedentação	Imediatamente à ocorrência de supressão vegetal, com tolerância máxima de 30 dias após a supressão
02	Manter todas as áreas de APP e de Reserva Legal devidamente cercadas e com acesso aos animais limitado a corredores em APP's	Prática contínua
03	Promover a conservação das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal.	Prática contínua
04	Manter em arquivo todos os receituários agronômicos e comprovantes da devolução das embalagens vazias de agrotóxicos utilizadas no empreendimento, em obediência às Leis Nº 7.802/89, Nº 9.974/2000 e outras similares, para fins de posteriores fiscalizações	Prática contínua
05	Possuir um depósito de armazenamento de agrotóxicos (construído a 200 m da APP e a 30 m de alojamentos e moradias) e o de embalagens vazias (300 m da APP e 50 m de alojamentos e moradias) em conformidade com as Leis Nº 7.802/89, 9.974/00, ABNT NBR 9843:2004 e outras legislações correlatas	Prática contínua
06	Manter em arquivo todos os comprovantes da destinação correta dos resíduos nocivos ao meio ambiente e à saúde, gerados no empreendimento, como os materiais de uso veterinário descartados durante toda a validade da Declaração de Não-Passível, com o intuito de apresentá-los em posteriores fiscalizações e demonstrar o cumprimento das legislações, conforme a RDC 306/2004, CONAMA 358/2005, LEI 12.305/2010 e outras correlatas	Prática contínua
07	Não descartar as carcaças de animais mortos em valas e utilizar outras práticas ambientalmente mais adequadas, como a compostagem, de acordo com a causa da morte dos animais	Prática contínua
08	Apresentar relatório técnico-fotográfico com Anotação de Responsabilidade Técnica informando à SEMMA como é feito o sistema de tratamento dos dejetos dos suínos e dos resíduos orgânicos decorrentes da suinocultura no empreendimento, de modo que haja um manejo correto dos mesmos	Imediatamente à implantação
09	Retirar todos os materiais armazenados na propriedade, os quais se tratam de itens metálicos, plásticos, ferramentas, papelões, recipientes fechados com produtos químicos, madeira, e foram colocados em local sem cobertura e permeável, apenas sobre uma lona, podendo afetar negativamente o solo e lençol freático	Imediatamente, com tolerância máxima de 30 dias
10	Na hipótese de construção de benfeitorias no imóvel, instalar sistema de tratamento de efluentes sanitários e comprovar à SEMMA por meio de relatório fotográfico	Imediatamente à construção
11	Retificar o CAR do imóvel acrescentando 0,5 ha na área de reserva legal, incluindo porção coalescente à mesma	30 dias